

LUIZ MARQUES



Jofran Frejat deu o recado dos brasileiros aos constituintes: todos querem eleger o seu governador

Brasília estréia na Constituinte

Brasília estreou ontem o microfone do plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Coube ao deputado Jofran Frejat, do PFL, fazer o primeiro pronunciamento brasileiro na Câmara dos Deputados, aproveitando alguns minutos para deixar aos constituintes um recado curto, porém incisivo: Brasília quer eleger seu governador e ter um órgão legislativo próprio.

Num plenário de muitas ausências, Frejat lembrou que "desde a primeira Constituição da República se previu a representação política do Distrito Federal na Câmara e no Senado", mas sucessivas modificações foram levando o DF a permanecer na situação de tutela política em que se encontra atualmente, já que, apesar de ter representação no Legislativo federal, continua tendo seu

Const 87

governador indicado pelo presidente da República. Frejat, ao longo das três laudas de seu pronunciamento, dirige-se ao presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que presidia a casa em 1956, quando foi aprovada a emenda Constitucional Nº2, que estabelecia o pleito direto para escolha do prefeito e de uma Câmara de Vereadores. Em 1961 uma outra emenda a de Nº3, fez o DF retornar à situação anterior, com prefeito indicado pelo presidente.

Frejat pediu o apoio dos constituintes para a luta

por eleições diretas para o governador do DF: "Pedimos a autonomia política completa da capital federal em nome de mais de 1 milhão e meio de pessoas que a adotaram, construíram e sobretudo, a amam". O deputado também aponta as inconveniências de os governadores do DF serem indicados: "desconhecidos dos problemas de Brasília, da mesma maneira que vêm, esses homens se vão, sorratamente, sem trazer esperanças ou deixar saudades".

Jofran Frejat concluiu seu discurso com a renovação de seu apelo, reafirmando a responsabilidade do povo brasileiro, que "deseja acertar ou errar sozinho na escolha de seu dirigente". A bancada do DF estava presente e mostrou estar de acordo com as palavras de seu companheiro.

Paranoá tem lobby no Congresso

Os moradores da Vila Paranoá têm lobby na Constituinte. Eles não querem influir na redação da nova Constituição do Brasil, mas estão trabalhando na cobrança dos votos que deram aos então candidatos brasileiros. Em troca dos votos pedem a fixação da invasão e a colocação de infraestrutura urbana no local. Para isso, precisam do apoio dos parlamentares de Brasília.

A Vila Paranoá votou maciçamente em duas mulheres em 15 de novembro, ambas eleitas: Em torno de Marcia Kubitschek, a mais votada no Paranoá, corre

na Vila uma história: Seu pai, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, seria o proprietário daquelas terras, e a deputada as distribuiria entre os habitantes. Esta crença, que se estabeleceu provavelmente a partir da condição de ex-presidente e fundador da cidade que JK ostentava, é infundada, e, neste caso, fica à segunda deputada mais votada na Vila, Maria de Lourdes Abadia, a tarefa de encaminhar os pleitos dos moradores do Paranoá ao GDF.

Maria de Lourdes Abadia está trabalhando junto aos moradores para tentar

uma solução para o problema. Esbarra, no entanto, em questões políticas quase incontestáveis: A Associação dos Moradores do Paranoá é vinculada ao Partido dos Trabalhadores e isso dificulta um trabalho conjunto no caso de encaminhamento dos pleitos ao governo.

No próximo sábado Maria de Lourdes Abadia vai à Vila do Paranoá dizer aos moradores da invasão o que já conversou com o governador José Aparecido, já eleito. A deputada obtive do governador a reafirmação de que o governo conhece o problema e está estudando soluções para ele.

Para Delfim, propriedade é que separa PDS do PT

São Paulo — A defesa da propriedade dos bens de produção foi o único ponto de divergência destacado pelo ex-ministro e deputado federal Delfim Netto (PDS) para a viabilização de um acordo com o presidente nacional do PT e deputado Luiz Inácio Lula da Silva durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de reconhecer que possam ter muitas questões em comum, Delfim não crê em acordo com Lula.

O deputado do PDS acha "um grande equívoco" o fato de Lula defender abertamente a propriedade es-

tatal dos bens de produção, enquanto ele defende a propriedade privada desses bens por considerar que dessa forma serve muito melhor aos trabalhadores do que a propriedade coletiva. Delfim enumerou, porém, alguns pontos que o unem a Lula: — Queremos aumento de salário real dos trabalhadores, mas eu acho que isso só pode ser obtido através da produtividade aumentada; queremos que o Brasil caminhe para uma diminuição de horas de trabalho, mas isso também só pode ser conseguido através de uma reorganização de um processo

industrial para que não produza dificuldades maiores —, disse Delfim.

Com tantos pontos comuns, Delfim Netto disse não ver nenhuma razão pela qual ele e Lula não possam ter uma convivência inteligente e correta. "É preciso esclarecer, acrescentou, que as pessoas às vezes supõem que tem alguma coisa com o monopólio do amor ao Brasil ou o monopólio do amor ao proletariado. Tudo isso é uma grande ilusão; todos nós queremos o melhor para o Brasil e para os trabalhadores. É isso é fundamental que se diga".

Divergências já ameaçam grupo dos progressistas

O chamado grupo progressista da Constituinte, que tem se batido em plenário pela soberania da Assembleia para mudar a atual Constituição, enfrenta sua primeira divisão. Enquanto o autor da proposta, Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), acena com a possibilidade de negociação de seu projeto e o deputado Antônio Brito oferece propostas concretas para isto, outros integrantes do grupo — entre eles o PT e o PC do B — afirmam não abrir mão da modificação de mais de uma dezena de artigos da atual Carta.

— Se o Governo tivesse juízo, presidiria uma ampla negociação sobre isso — afirmou o deputado Egy-

dio Ferreira Lima (PMDB-PE), acreditando que há clima para uma composição, embora não saiba adiantar ainda em quais bases.

"Não vejo como negociar, pois não existe mais soberania. A Constituinte é soberana ou vamos ganhar ou perder em plenário, e mais ou menos, para mim, é perder", reagiu a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

O deputado Antônio Brito levará a outros integrantes do grupo, numa reunião, sua proposta de que, suprimidas do texto constitucional as medidas de emergência e do decreto-lei, as demais questões ficassem para a nova Carta. Afirmou, con-

tudo, que não existe nada concreto além da disposição de negociar, considerando que os constituintes não poderiam "fazer duas constituições, uma agora, modificando a atual, e uma depois. Maurílio, a caminho do Palácio do Planalto para uma audiência com o presidente José Sarney, confirmou a disposição para o entendimento em torno de sua proposta.

Já o líder do PC do B, Haroldo Lima, acha que a briga será em plenário. Ainda que, por hipótese, Maurílio retirasse sua proposta, ele continuaria lutando pela aprovação dos projetos que apresentará amanhã, propondo a modificação do decreto-lei e das emergências.

Parlamentar jovem cobra seu espaço

Ao utilizar pela primeira vez a Tribuna da Câmara como representante constituinte, o deputado Cassio Cunha Lima (PMDB-PB) pediu, em nome dos jovens parlamentares maior espaço nas discussões e elaboração da nova Carta e reafirmou seus pontos de vista na defesa dos interesses prometidos durante a campanha eleitoral.

Falando de improviso, Cassio Cunha Lima conseguiu chamar a atenção dos parlamentares ao se considerar "órfão da democracia pois passou sua infância convivendo com a repressão e viu a juventude emudecer sem ter seus canais de participação".

"É preciso a tomada de consciência por parte de todos os constituintes, para a importância do momento histórico pelo qual passamos. O povo brasileiro nos confiou uma árdua missão. Não podemos continuar convivendo com o terrível quadro social que nos deixa sobressaltados. Desemprego, fome, miséria, é este nosso quadro social", salientou o deputado.

No seu entender, é preciso garantir "a transição e fortalecer nossa democracia, o que só ocorrerá se confeccionarmos uma Constituição progressista que atenda efetivamente ao anseio de mudança do povo brasileiro. E este é o chamamento que faço em nome da minha juventude e das futuras gerações, pois não podemos falhar sob pena de sermos condenados pela história".

LUIZ MARQUES



Cássio exige espaço

OAB condena prazo para a promulgação

Natal — "A fixação da data de 7 de setembro para a promulgação da futura Constituição brasileira, é uma maneira de cercear a liberdade da Constituinte". A afirmação foi feita nesta capital, pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta.

Sallentando que a Constituinte deve respeitar a atual Constituição, Hermann Baeta lembrou que a OAB fez uma campanha nacional em favor de uma Assembleia Nacional Constituinte ampla, soberana e autônoma, "mas ela foi convocada de forma diversa, e as consequências estão se refletindo hoje, nas discussões iniciais do Congresso Constituinte".

DESENCANTO
"Não estou vendo muito de Constituinte". O desabafo é do senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL/RJ). Ele entende que muitos dos debates em plenário "nada têm a ver com a Constituinte".

O senador do PFL disse, também, não acreditar na conclusão dos trabalhos em setembro, conforme o previsto: "Em nenhum lugar do mundo os prazos foram cumpridos. Nem na Itália, Portugal ou Espanha. Não acredito que o sejam no Brasil".

DEPUTADO

O deputado Geraldo Gonçalves, de Sergipe, resolveu deixar o PFL, ingressando no PMDB. Ontem, ao final da tarde, o deputado foi até o gabinete do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, onde assinou a ficha de filiação partidária.

Espaço na TV é a questão mais polêmica

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

Nem a soberania da Constituinte e nem a convocação de um plebiscito para aprovar a nova Carta Magna. O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB e relator do projeto de regimento definitivo da Assembleia, já identificou o ponto mais polêmico da proposta e objeto de grande parte das 93 emendas apresentadas até ontem à noite: é a divulgação dos trabalhos da Constituinte através do rádio, jornais e televisão.

Três dias antes de encerrar-se o prazo para a proposição de emendas à matéria, o senador peemedebista foi submetido ontem a pressões de todos os lados. No plenário, ouviu longos discursos em defesa de convocação de cadelas diárias de rádio e televisão, do espaço de até uma hora, para a transmissão de boletins sobre a Constituinte. Em seu gabinete, foi visitado pelo presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, que atacou a ideia em nome dos "interesses das empresas".

EXAGERO

O próprio Fernando Henrique considera exagerada as propostas que lhe têm chegado a respeito do assunto: "Tem gente reivindicando uma hora diária de informativo sobre a Constituinte, o que eu considero demasiado". Ele defende uma solução negociada para o problema, "de forma a evitarmos imposições indesejáveis".

A posição do líder peemedebista é praticamente idêntica à opinião do presidente da Abert. Segundo Joaquim Mendonça, o Governo já dispõe de uma hora diária nos rádios, para transmissão da Voz do Brasil, além do tempo destinado ao Projeto Minerva. A televisão, por sua vez, tem que ceder três horas por ano, em horário nobre, a cada partido político.

"Assim é demais", protestou o empresário, lembrando os prejuízos comerciais que a transmissão diária dos trabalhos da Constituinte causaria às empresas de rádio e televisão. Ele não chegou a apresentar uma proposta concreta, mas advertiu que a sua entidade não concorda com as ideias que têm circulado entre os parlamentares a respeito do assunto.

COMISSÕES

Depois da divulgação da Constituinte, o número de comissões encarregadas de elaborar o projeto constitucional é o assunto mais polêmico do regimento interno. Enquanto o projeto original prevê a criação de quatro grupos temáticos e um de redação, há emendas como a do deputado Ademar de Barros Filho (PDT-SP) propondo a instalação de 16 comissões.

O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) é autor de diversas emendas sobre as comissões da Constituinte. Uma delas prevê a criação de oito grupos divididos entre os seguintes temas: Organização Nacional; Orgão Executivo do Poder de Estado; Orgão Legislativo do Poder de Estado; Orgão Judiciário do Poder de Estado; Família, Educação e

Guimarães foi verificar em que pé está a questão para que possa informar aos presidentes das regionais.

O presidente da Constituinte, de acordo com o presidente da Abert, garantiu que irá conversar com o relator da matéria, senador Fernando Henrique Cardoso, sobre a questão e verificar o que pode ser feito. "Ulysses — disse João Mendonça — afirmou que o que há é uma proposta que poderá ser modificada e só será decidida em votação no plenário da Constituinte".

De acordo com o presidente da Abert, as emissoras de rádio e TV não suportarão a transmissão de uma hora e meia de notícias sobre a Constituinte, uma vez que elas têm vários encargos e já transmitem os programas "A Voz do Brasil" e "Projeto Minerva", entre outros.

"Pinga-fogo" desvia atenção

O plenário da Assembleia Constituinte começou a viver ontem uma dificuldade prática, ditada pelo regimento provisório com que vem trabalhando. As duas primeiras horas da sessão vespertina — como prevê o regimento — foram consumidas por pequenas comunicações de 20 parlamentares. No entanto, apenas três deles abordaram, direta ou indiretamente, questões relacionadas ao regimento interno definitivo, que está em discussão.

As duas horas transformaram-se, assim,

Cultura; Direitos, Garantias Individuais e Comunicações; Trabalho, Previdência, Assistência e Propriedade; e Sistematização. O goiano Siqueira Campos (PDC) propõe doze comissões. Mozerildo Cavalcanti (PFL-RO) sugere 10 grupos.

REFERENDO

A convocação de um plebiscito para referendar o futuro texto constitucional também é objeto de várias emendas. O senador José Fogaça (PMDB-RS), por exemplo, propõe que 94 constituintes ou 3 por cento do eleitorado de nove estados possam requerer o referendo para artigos ou conjuntos de artigos da nova Constituição.

O deputado Nelton Friedrich (PMDB-PR) não só defende a realização do plebiscito como estabelece normas para o caso de rejeição popular à nova Carta: dentro de três meses, os constituintes devem submeter um novo texto à Nação. Maurício Fruet (PMDB-PR) também apresentou emenda a favor do referendo.

Se depender das alterações propostas ao regimento interno da Constituinte, a participação popular na elaboração da nova Carta será ampla. Por sugestão do senador José Fogaça, por exemplo, 30 mil eleitores reunidos poderão emendar o projeto de Constituição. Já o deputado Maurício Fruet, outro que defende esta ideia, não chegou sequer a estabelecer quorum mínimo de cidadãos para formalização de emenda constitucional.

O senador Fogaça, campeão na apresentação de emendas ao regimento, propôs a criação de uma comissão itinerante de audiência, composta de três constituintes, para ouvir os diversos setores da sociedade a respeito da nova Carta Magna. A ideia é endossada pelo deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), ao sugerir a instalação de uma Secretaria Especial no Congresso, especificamente encarregada de receber as contribuições populares à futura Constituição.

SOBERANIA

Surpreendentemente, a questão da soberania da Constituinte sobre todos os poderes não é assunto para muitas das 93 emendas que o projeto de regimento recebeu até ontem à noite. Apesar do movimento surgido no plenário em torno do assunto, propostas concretas neste sentido são raras. A mais explícita, do deputado Jorge Leite, sugere que a Mesa da Constituinte não aceite propostas que objetivem alterar a atual Constituição.

O funcionamento da Câmara e do Senado, neste ano de Constituinte, outro tema de intensos debates em plenário, não tem sido contemplado com muitas emendas. Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) é autor de proposta neste sentido, estabelecendo que as duas Casas serão convocadas conjuntamente, para assuntos relevantes, e que terão suas comissões técnicas reduzidas a três: uma para assuntos jurídicos-políticos, outra para assuntos sociais e a terceira para assuntos econômico-financeiros.

O funcionamento da Câmara e do Senado, neste ano de Constituinte, outro tema de intensos debates em plenário, não tem sido contemplado com muitas emendas. Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) é autor de proposta neste sentido, estabelecendo que as duas Casas serão convocadas conjuntamente, para assuntos relevantes, e que terão suas comissões técnicas reduzidas a três: uma para assuntos jurídicos-políticos, outra para assuntos sociais e a terceira para assuntos econômico-financeiros.

O funcionamento da Câmara e do Senado, neste ano de Constituinte, outro tema de intensos debates em plenário, não tem sido contemplado com muitas emendas. Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) é autor de proposta neste sentido, estabelecendo que as duas Casas serão convocadas conjuntamente, para assuntos relevantes, e que terão suas comissões técnicas reduzidas a três: uma para assuntos jurídicos-políticos, outra para assuntos sociais e a terceira para assuntos econômico-financeiros.

O funcionamento da Câmara e do Senado, neste ano de Constituinte, outro tema de intensos debates em plenário, não tem sido contemplado com muitas emendas. Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) é autor de proposta neste sentido, estabelecendo que as duas Casas serão convocadas conjuntamente, para assuntos relevantes, e que terão suas comissões técnicas reduzidas a três: uma para assuntos jurídicos-políticos, outra para assuntos sociais e a terceira para assuntos econômico-financeiros.

O funcionamento da Câmara e do Senado, neste ano de Constituinte, outro tema de intensos debates em plenário, não tem sido contemplado com muitas emendas. Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC) é autor de proposta neste sentido, estabelecendo que as duas Casas serão convocadas conjuntamente, para assuntos relevantes, e que terão suas comissões técnicas reduzidas a três: uma para assuntos jurídicos-políticos, outra para assuntos sociais e a terceira para assuntos econômico-financeiros.